

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2024:

---Aos dois dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Esposende, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Esposende, sob a presidência do Arq. António Benjamim da Costa Pereira, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os senhores Vereadores:

Eng.º Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio,
Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Eng.º Luís António Sequeira Peixoto,
Dr. António Sérgio Moreira Mano,
Dr. Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Dr.ª Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.

---A reunião foi secretariada por Mafalda Sofia Miguéis dos Santos Ferreira, Licenciada e Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal.-----

---Sendo dez horas e vinte minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----

---Nos termos do disposto no artigo segundo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o período de antes da ordem do dia, tendo começado por deixar algumas notas prévias nos seguintes termos:

“Muito bom dia a todos,

Gostaria de deixar algumas notas prévias, a primeira tem a ver com a tomada de posse do Rafael Couto, adjunto do Comando dos Bombeiros Voluntários de Esposende. Fui convidado pelo Senhor Presidente dos Bombeiros para estar presente na cerimónia, que decorreu no domingo à tarde e, não queria deixar de partilhar aqui uma mensagem ao Rafael Couto, que é um jovem, com formação superior e que se entregou a esta causa dos bombeiros e, neste momento, assumiu uma responsabilidade muito grande.

O quadro operacional está completamente preenchido neste momento, com o primeiro comandante, segundo-comandante e adjunto de comando, e é uma satisfação para nós, nomeadamente, porque está preenchido com jovens, com muito para dar ainda, e com uma boa formação. E, portanto, foi um prazer estar com eles naquela tarde, em que inclusive agradeceram vários sócios e, nesse sentido, foi um momento importante e não queria deixar de registar isso.

De resto, dar nota da presença do Senhor Primeiro-Ministro, como é sabido, criaram-se as condições para avançarmos com a primeira fase da obra do Parque da Cidade e, entendi que face à dimensão da intervenção e a importância que tinha para o nosso território, que devia convidar o Senhor Primeiro-Ministro para estar presente, o que felizmente foi possível.

Como se percebeu pelas suas palavras, não irá fazer disso um hábito, foi uma circunstância muito especial face à especificidade do projeto, que vai ao encontro daquilo que são as preocupações do Governo e certamente do anterior. E, já agora deixar aqui a nota, se fosse o anterior tê-lo-ia convidado na mesma, nunca fiz disso um problema.

Fiquei muito satisfeito, teve muita adesão, deu uma boa cobertura ao projeto e claro que o objetivo final de tudo isto, muito honestamente terei que o dizer, é tentar conseguir algum

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt



financiamento. Ver se conseguimos o enquadramento daquela obra, porque o esforço financeiro que teremos que fazer para executar aquela obra é muito grande e não é sequer justo, como eu tive oportunidade de dizer, que as pessoas de Esposende e do nosso concelho tenham que pagar, aquilo que os outros têm com Fundos Comunitários, ou com outros mecanismos de financiamento.

Entretanto, tive oportunidade de conversar com a Senhora Ministra do Ambiente, coloquei-a ao corrente dos maiores problemas que temos no nosso território, em relação às questões ambientais e que são muitos, desde as necessidades, como as ecovias, etc, até aos problemas propriamente ditos, nomeadamente o problema da Barra, o problema de Cedovém-Pedrinhas, o problema da erosão costeira no seu todo, o assoreamento do rio, portanto, havia aqui várias situações, que ficaram encaminhadas para reuniões breves. Fiz-lhe um briefing relativamente a todas estas situações, que neste momento pararam, fruto da queda do Governo, mas que estavam todas em andamento, e é importante que a Senhora Ministra perceba que nós não deixamos ficar as coisas sem as trabalhar e agora aparecemos com as coisas todas para fazer. Portanto, isto está no seguimento de muito trabalho, de vários projetos, inclusivamente convidei-a para conhecer o projeto da Barra e o projeto de Cedovém-Pedrinhas, que começa a ser uma urgência intervir naquele local.

Ficou tudo muito claro, inclusive mencionei-lhe também a situação da Estação Radionaval de Apúlia.

Como sabem a Senhora Ministra era Deputada Europeia e, foi ela que apresentou uma proposta à Comunidade Europeia para um projeto ligado ao mar, que foi capitalizado com duzentos milhões de euros, para todos os países, mas, uma grande parte dos países não tem mar, as temáticas do mar não lhes dizem muito. Portanto, posto isto, aquilo que ela tentou fazer foi ter aqui em Portugal, para além do 2030 e do PRR, projetos específicos da Comunidade Europeia aos quais nos podemos ir financiar. Isto ainda foi com o Governo anterior, há uma estrutura montada, ligada apenas às Universidades basicamente, no sentido de poderem candidatar projetos para ir buscar dinheiro a esse fundo em particular, sem mexerem nos demais. Ela deu-me esse contacto, não tive ainda oportunidade de avançar com isso, vou falar com a Universidade do Minho, porque isto tem que ser sempre feito com a Universidade do Minho, não é a Câmara que tem que andar à frente de um projeto desta natureza, para tentarmos essa reunião e perceber se nos podemos juntar a esse grupo de Universidades, para podermos ir ali buscar mais algum dinheiro.

Eu não tenho dúvida nenhuma que aquela obra vai ser feita, tendo em conta que é demasiado importante para não o ser, e vai ser feita com um sistema multifundos, de certeza que não vamos conseguir um Aviso onde possamos albergar a integralidade daquele projeto. Mas, talvez possamos ir fazendo uma coisa com uma parte e outra com outra e por aí fora, vai ter que ser um pouco por esse mecanismo. Portanto, também aí fiquei com alguma esperança.

De resto, acho que a cerimónia correu muito bem, tive oportunidade para dizer algumas coisas que são complicadas para nós, aqui no dia-dia, que as pessoas não têm essa perceção, a ver se eles conseguem agilizar isso, e tem a ver com as demoras do Tribunal de Contas, com os Pareceres que as entidades nos complicam a vida a toda a hora e sem necessidade, às vezes por meros caprichos dos técnicos.

Eu posso não ter sido muito elegante para os representantes da APA, do ICNF e da Comissão de Coordenação que lá estavam, mas as verdades são para serem ditas e alguém tem que pôr termo a isso, porque começa a ser impossível andar para a frente.

Quando nós avançamos com esta empreitada, esta em particular, houve um concurso público e houve uma impugnação do concurso. Neste sentido, ganhou a DPB e a empresa que ficou em segundo lugar, que é a M. Couto Alves, contestou em Tribunal. Por acaso, o Juiz, entendeu não dar efeito suspensivo, se desse efeito suspensivo não podíamos ter feito absolutamente nada,



tínhamos que ficar parados, mas não deu e nós pudemos avançar. Fizemos o contrato, submetemos ao Tribunal de Contas, demorou, mas deram o Visto e pudemos avançar. Curiosamente, isto foi num domingo, na segunda-feira de manhã saiu a sentença do Tribunal relativamente a esse caso e ganhou exatamente a empresa que nós dizíamos que devia ter ganho. Se o Juiz não fosse uma pessoa de bom senso e tivesse decidido pelos efeitos suspensivos, nós teríamos começado apenas agora, teríamos perdido 6 meses para lançar a obra e, ainda por cima, a empresa que ficou em segundo lugar era cento e muitos mil euros mais cara, se ganhasse, a Câmara ainda teria de pagar mais cento e tal mil euros, espero que isso tenha pesado também na decisão do Juiz.

Eu aproveitei aquele momento, precisamente para tentar, não que ele não soubesse, certamente já teve alguém que lho disse, mas nada como ouvir de viva-voz dos autarcas que estão no terreno todos os dias. Aliás o próprio PRR tem uma legislação específica, qualquer obra que seja financiada pelo PRR não precisa de Visto prévio do Tribunal de Contas, é fiscalização sucessiva. Vão verificar tudo na mesma, nós fazemos e depois temos que enviar para o Tribunal de Contas, só que, ao invés de estarmos 6 meses à espera, começamos e a seguir enviamos para lá e a seguir pedem os documentos que acharem necessários.

Nunca nos recusaram o Visto até hoje, quando muito pedem mais uma declaração, mais uma deliberação da Câmara, coisas simples e as coisas andam.

Eu acho que eles deveriam fazer com que fosse abrangente, aumentar os limites de submissão ao Tribunal de Contas, porque hoje face ao custo das obras, uma obra de 750 mil euros é uma obra básica aqui para a Câmara, e obriga logo a ir ao Tribunal de Contas, não faz qualquer sentido. Enfim, vamos ver se conseguem fazer alguma coisa em função disso.

Depois, temos a situação do Fojo, como sabem a APA avançou com o Edital, para a constituição de interessados, se alguém tiver alguma coisa a dizer em relação à intenção de demolição daquele espaço. Isto não é nada que não se soubesse que iria acontecer mais ano menos ano, mais dia menos dia.

Aquela decisão foi precedida de uma vistoria ao local por 4 entidades, a APA, o ICNF, a Capitania do Porto de Viana e a Proteção Civil Municipal, que foram lá, entraram lá dentro, eu tive oportunidade de estar presente também nesse dia, e aquilo está tudo abandonado, tudo partido, tem lá de facto telhas de fibrocimento, enfim, é um risco para a saúde pública, não há dúvida absolutamente nenhuma.

Não é legalizável, porque está na margem do rio, é domínio público hídrico e, portanto, era inevitável que a APA fizesse ali o que já fez na Póvoa e noutros sítios, e o que nós vamos fazer no Bari bar, em Apúlia.

Eu tenho daqui a pouco uma reunião, com uma das filhas, para voltarmos a falar sobre o assunto, e uma coisa é a memória do Sérgio do Fojo, é tentar valorizar isso, eu recordei que na altura, eu fiz uma proposta em nome do Município, para nós ficarmos com aquilo que possa ter valor artístico, vamos admitir que assim é, para podermos fazer uma exposição ou o que seja, para fazermos uma publicação em jeito de uma bibliografia sobre o Sérgio do Fojo, que poderia ser bem vinda, poder-se-ia eventualmente recuperar aquele festival das nortadas que ele fazia. Poderia até ser interessante a própria Junta de Freguesia pegar nesse conceito e fazermos qualquer coisa na Vila de Fão, uma vez por ano. E, eventualmente, como vai haver ali um arranjo futuro naquela zona toda, salvaguardar a memória dele, com um elemento artístico ou outra coisa. Pareceu-me bastante razoável esta abordagem, considerando a ilegalidade de todo o processo que lá existe. Estamos a focar-nos na pessoa do Sérgio e não na obra, com o respeito e admiração que ele foi ganhando por uma parte das pessoas. Obviamente que há sempre quem goste e quem não goste, mas isso, connosco acontece a mesma coisa. Mas, para o bem e para o mal o Sérgio era uma pessoa diferente de nós. Eu estava disponível e continuo disponível para isso, não saiu de cima da mesa, só não irei

interferir em questões de cariz legal e que são impostas pela APA, isso não, nem me vou opor. Nós estamos disponíveis para falar e colaborar abertamente com as pessoas e para explicar a nossa abordagem.

O 'feedback' que eu tenho é que, da parte dos quatro filhos, nem todos pensam da mesma forma, uns estão contra, outros nem por isso, mas vamos aguardar com serenidade."-----

De seguida o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger, para falar do "Blue Project", tendo a mesma referido:

"O Blue Project foi um projeto financiado por via do EEA Grants, que visava entre vários outros objetivos, potenciar o consumo do peixe nas cantinas escolares, trazendo o peixe já filetado com o mínimo de espinhas, para permitir também o mínimo de desperdício alimentar. No fundo, era um projeto que visava a economia circular, porque todos os subprodutos do peixe, nomeadamente as escamas e pele, foram testadas em laboratório, de Engenharia Têxtil da Universidade do Minho, para integração da Indústria Têxtil. Todos os outros subprodutos, nomeadamente as espinhas e as vísceras, foram encaminhadas para a Indústria da Ração Animal e, depois, tudo aquilo que tinha a ver com os métodos de preservação da filetagem do peixe, foram testados também pela Universidade do Minho e pelo IPVC, no sentido de potenciar a qualidade nutricional do peixe e preservar as suas melhores características.

O projeto decorreu "sem espinhas", correu muito bem, e na sexta-feira foram apresentados resultados e foi feito um teste de consumidor na Escola de Forjães e na Escola António Correia de Oliveira, nas cantinas, com massada de peixe e arroz de peixe.

O peixe é muito similar ao atum, aliás está entre o atum e o salmão, o Sarrajão, é um peixe que tem pouco valor económico, mas, que existe muito abundantemente na nossa costa e tem características nutricionais muito boas. E, portanto, consubstanciou numa forma de tentar aproveitar, por um lado, os nossos recursos endógenos e, por outro lado, valorizar um peixe que de facto não é valorizado comercialmente. Aproveitar e levar para as cantinas peixe para os meninos comerem, desta forma consomem o peixe e não há tanto desperdício alimentar e, todos os subprodutos serem reintegrados noutras cadeias e como tal, ponderar-se o aproveitamento a 100% deste peixe.

Os resultados foram bastante positivos, a empresa de pescado que trabalhou connosco é de Guimarães, não tínhamos nenhuma mais próxima que se quisesse associar ao projeto, tem a máquina de filetagem, vamos continuar a trabalhar, e o que surgiu da reunião de sexta-feira, que foi a reunião técnica de fecho, foi efetivamente que o projeto teve valor acrescentado, nomeadamente para a Indústria Têxtil e para a Indústria de Pescado e agora vamos ver, se de uma forma mais regular e com maior periodicidade, conseguimos colocar este peixe nas cantinas, para que o consumo do peixe não signifique tanto desperdício.

Nos dias em que se vai às cantinas e se vê que o prato é peixe, o desperdício alimentar é enorme, testaram-se várias formas para diminuir esse desperdício, como hambúrgueres, almôndegas, várias outras formas de apresentar o peixe para minimizar de facto esse desperdício e há aqui ideias muito interessantes, aproveitando também a mistura com algas, que trazem outro valor acrescentado ao produto, testaram-se vários outros métodos de conservação que explorados, podem ser aplicados na própria indústria.

Esteve presente uma senhora da SONAE, que foi convidada a participar, aliás foram convidados vários supermercados grandes, estas grandes cadeias de retalho e a única que se fez representar foi, de facto, a SONAE, e poderá vir a ser uma oportunidade de continuidade do projeto, até com o próprio financiamento por parte da investigação e desenvolvimento do Grupo MC."-----

O Senhor Presidente da Câmara passou depois a palavra ao Senhor Vereador Rui Losa, tendo o mesmo referido:

"Bom dia a todos.



Gostaria apenas de dar nota que as atletas esposendenses, Margarida Cardoso, Ester Marques, Inês Laranjeira e a Marta Ribeiro, da equipa da Associação Académica da Universidade do Minho sagraram-se campeãs das fases finais do Campeonato Nacional do Universitário 2024, em Andebol feminino.

Deixar os parabéns pelo resultado obtido e reforçar mais uma vez, que Esposende continua a ser, uma terra de campeões.”-----

Pediu depois a palavra o Senhor Vereador Luís Peixoto, tendo referido:

*“Muito bom dia Senhor Presidente,
caros Vereadores,
público presente e
colaboradores do Município.*

Primeiro referir-me às palavras do Senhor Presidente, e secundar aquilo que disse sobre o comandante adjunto Rafael Couto, eu também fui convidado, não pude estar presente, infelizmente não tive disponibilidade.

Saudar a responsabilidade que acabou por assumir, sendo ele um jovem e sabendo nós aquilo porque peca, neste momento, o funcionamento dos bombeiros.

É de saudar e louvar esta disponibilidade do Rafael para essa função.

Ficam aqui os meus votos de felicidades e que atinja os objetivos a que se propõe.

No que respeita à presença do Senhor Primeiro-Ministro e sobretudo à primeira fase do Parque da Cidade, aquilo que acho que o Senhor Presidente deve aproveitar aqui e certamente que estará com essa esperança e essa expectativa e, espero que alcance para bem do Município, é que o bom relacionamento com o Governo atual, vá ao encontro das suas expectativas e das suas ambições.

Eu percebo perfeitamente essa necessidade que teve de extravasar e dizer tudo o que tinha para dizer, faz todo o sentido, independentemente de quem esteja no Governo. Mas, parece que tem as portas um pouco mais abertas, assim espero. No entanto, realmente estão aí projetos que estão pendentes de financiamento, não há dúvida nenhuma, esse da Estação Radionaval de Apúlia é um deles, e seria interessante e fundamental aqui para o desenvolvimento, não só da parte que diz respeito à comunidade escolar, e neste caso universitária, mas toda a envolvimento que trazia e toda a investigação que traz para o mar e mesmo para enquadrar de alguma forma, o projeto que a Senhora Vice-Presidente acabou de explicar. Portanto, folgo em saber que o Senhor Presidente está feliz com o atual Governo e espero que vá ao alcance daquilo que pretende dele.

No que respeita ao Fojo, a demolição está mais do que definida, não está em causa, tudo isso é legal, o que se pede aí é bom senso e certamente que o vai ter, desejo-lhe boa sorte nesse processo.

Relativamente ao projeto sobre o peixe, eu ainda não o conhecia, mas fez-me lembrar uma questão que eu tenho com uma vizinha que me aparece lá em casa de vez em quando, que tem 4 ou 5 anos. Ela gosta muito dos ovos que eu faço, mas os ovos que eu faço são bacalhau à Brás, só que ela não sabe que tem lá bacalhau. E é isso, acho que é precisamente essa a educação que devemos ter, claro que aí deve haver um processo, eu não estou totalmente de acordo que andemos a enganar as crianças. Tem que haver um momento em que os miúdos percebam que o peixe tem uma cabeça, tem escamas, tem rabo e espinhas. Portanto, tem de haver aqui um processo gradual, ao longo das idades porque eles vão passando, nos diversos ciclos, até lhes aparecer o peixe para abrir, espero que também isso esteja pensado.”-----

A Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger pediu novamente a palavra, tendo acrescentado:

“Só dizer que perguntei a duas colegas que estiveram presentes cada uma delas nas duas cantinas, uma em Forjães e a outra na António Correia de Oliveira e foi exatamente ao contrário do que eu pensava. Eu tinha ideia de que os meninos mais pequeninos iriam comer



com mais satisfação, mas não, foram os mais crescidos que apreciaram mais a comida. Eu fiquei admirada, porque normalmente os mais pequeninos são menos esquisitos, os mais velhos, por norma, sempre que podem fogem para comer baguetes, mas neste caso os mais velhos apreciaram mais a comida do que os mais pequenos.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte:

“Só acrescentar que o projeto tinha outra dimensão, para além desta, que era o aproveitamento da pele para a indústria têxtil, etc, não é só a questão alimentar, mas havia também essa componente mais técnica.

O projeto era multidisciplinar, tinha várias empresas, foi através da EEA Grants, tendo a presença da Guimarães, da Tintex, da Universidade do Minho com o departamento biológico e o têxtil, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a AEP e ainda uma empresa de Consultoria, que nos ajudou a fazer a candidatura. Sempre com o acompanhamento da Islândia, são eles que pagam, convém que saibam o que andamos a fazer com o dinheiro deles.-----

A Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger pediu novamente a palavra, tendo acrescentado:

“Os senhores da Islândia vieram cá, visitaram as nossas escolas e ficaram encantados com os trabalhos que os miúdos fizeram e com as cantinas, com a forma como estávamos a fazer a monitorização da qualidade dos alimentos, os menus, todo o acompanhamento que fazemos em termos nutricionais para os meninos e os trabalhos que as escolas fizeram. Inclusivamente eles levaram trabalhos na mala, peixinhos feitos em cortiça e outras coisas muito giras que as escolas fizeram para eles. Este foi um projeto que durou dois anos.”-----

O Senhor Vereador Luís Peixoto levantou algumas questões relativamente aos resíduos, se estariam a ser encaminhados para a indústria de ração animal, tendo a Senhora Vice-Presidente esclarecido que a Ramirez era a empresa recetora dos mesmos, que depois os trata, apesar de não fazer parte do Consórcio.-----

O Senhor Vereador Luís Peixoto prosseguiu com a palavra, nos seguintes termos:

“Vou agora falar de gatos, como dei a conhecer ao Senhor Presidente e aos colegas Vereadores, através de e-mail com um printscreen de uma publicação que foi feita pela responsável da APACE.

Eu estou aqui a falar por isso mesmo, não porque indiretamente essa senhora me toque lá na referida publicação, isso será assunto meu, mas, tem a ver com o comportamento de uma instituição que está a ser financiada pelo Município e, que, ao encontro daquilo que já falamos aqui, até relativamente à ANIESP, desta necessidade que estas pessoas que estão à frente deste tipo de instituições têm, de vir para as redes sociais dizer que apanharam um gatinho ou só elas é que o sabem fazer e todos os outros são um bando de parvos e andam aqui há não sei quanto tempo e nunca cuidaram dos gatos e dos cães.

Eu acho que isto não é forma de incentivar e de promover todos os outros que o fazem, a cuidar dos animais e, sobretudo, sendo uma associação, tem de ter responsabilidades e critérios para aquilo que afirma, sobretudo nas redes sociais. Portanto, eu queria que refletíssemos um pouco sobre o que se passou, sobretudo quando estamos a falar de expressões, não irei ler tudo o que está nas redes sociais, mas passo a citar o último parágrafo:

“Estamos a sacrificar as nossas vidas e o nosso dinheiro”, fala como se estivesse a sacrificar o seu dinheiro, quando vai receber da Câmara um financiamento de cinco mil euros que já foi aprovado, “por causa de irresponsáveis”, portanto, atira para o ar, são todos um bando de irresponsáveis que moram na rua/bairro onde eu estou.

Isto é transversal às freguesias todas do concelho, infelizmente há pessoas que não sabem tratar dos animais e, a grande maioria, sabe efetivamente tratar dos animais. Agora, não precisamos é deste tipo de comportamento por parte destas instituições. Já falamos nisto, eu



peço aqui uma reflexão, o que eu peço é que o executivo de alguma forma, faça chegar à responsável desta associação que isto não são os melhores comportamentos, independentemente daquilo que diz sobre a minha pessoa, que isso não está aqui em causa. Outro assunto tem a ver com um financiamento aprovado na reunião de Câmara de 4 de outubro de 2023, para a União de Freguesias de Apúlia e Fão, que tinha a ver com as pinturas dos cemitérios de Apúlia e Fão, a capela de Nossa Senhora da Boa Morte em Fão e os respetivos gradeamentos.

Eu na altura votei a favor, porque sou a favor destes financiamentos e para manutenção destes edifícios e espaços das freguesias, que todos defendem e eu também.

Na minha declaração de voto referi ainda, que achava bem contratar uma empresa profissional para a pintura dos gradeamentos, por ser um serviço mais complexo e, entendia normal, serem os funcionários da autarquia a pintar os muros, coisa que já aconteceu no meu tempo, mas, admitindo que se iria recorrer a uma empresa externa, que apresentou dois orçamentos na altura em que nós aprovamos o apoio, eu referi que este financiamento só fazia sentido, e é assim que tem de ser, de uma forma transparente. Aliás, eu na última reunião de Câmara votei contra as contas por razões políticas, mas referi aquilo que é a transparência do Município, das contas e de todo o processo de apresentação de contas, nada contra isso e, nesse sentido, o que eu referi na minha declaração de voto, foi que, o financiamento só poderia ser concedido quando a Junta de Freguesia apresentasse as faturas do respetivo serviço.

Tanto mais que nós, executivo da Câmara, deliberamos isso, com as letras maiúsculas que a Mafalda coloca nas atas, “que o apoio seja transferido após a apresentação das certidões de não dívida à Segurança Social e à Administração Fiscal, bem como, das respetivas faturas”.

Isto está escrito na ata dessa reunião de 4 de outubro.

Contudo, 15 dias depois, o balancete de 2 de novembro, apresenta uma transferência para a União de Freguesias de Apúlia e Fão, no dia 23 de outubro, de 12.718,00€ (doze mil, setecentos e dezoito euros), que não é mais do que este financiamento que nós aprovamos, acrescido do IVA. Ou seja, no dia 25 de outubro a Câmara Municipal transferiu para a União de Freguesias de Apúlia e Fão a integralidade dos dois orçamentos que tínhamos aprovado como válidos, para a pintura dos cemitérios de Apúlia e Fão.

O que eu peço neste momento, Senhor Presidente e se possível nesta reunião, é que os serviços me apresentem as faturas que deram cabimento a esta transferência de doze mil euros. Porque a existir fatura, há algo que correu mal neste processo, porque o cemitério de Fão não está pintado, admitido pelo Presidente da Junta na última Assembleia de Freguesia e está a olhos vistos. Existem aqui falhas de procedimento que eu queria esclarecer e se o puder, calculo que seja um processo simples, gostaria de ter então acesso a estas duas faturas que deram provimento a esta transferência.” -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vice-Presidente Alexandra Roeger, para prestar os esclarecimentos devidos, relativamente à Associação, tendo a mesma referido:

“Relativamente à Associação, nós já tivemos um bom par de reuniões com a direção da APACE e eu já troquei dois ou três e-mails um pouco mais duros com a instituição. Aquilo que me foi dito foi que, por vezes, alguns comentários que são feitos em termos de Facebook, não são da responsabilidade das pessoas que estão na direção. Por vezes colocam uma informação relativamente a um gato ou alguma situação e depois há comentários que são feitos àquela publicação que não são da responsabilidade deles. De qualquer forma, foi por escrito e foi muito claro que, nós só trabalharíamos e continuaremos a trabalhar, se eles de facto tivessem uma postura de colaboração, integridade e sobretudo que fossem, de facto, corretos naquilo que é uma relação com uma instituição como a Câmara Municipal. A partir daí, aquelas picardias com o veterinário deixaram de acontecer e, pelo menos em relação à Câmara, uma ou outra situação mais desagradável que aconteceu efetivamente no início, ainda antes do

apoio ser concedido, em termos de redes sociais, deixou de acontecer. Mas, inicialmente tivemos mesmo de reunir com eles, e colocá-los no devido lugar, nomeadamente a senhora Estela, que se desculpou com o argumento de que vinha de França e não sabia muito bem como escrever, ao que lhe foi sugerido, a ser assim, se não sabia medir as palavras ou o seu significado, não as devia escrever, porque isso podia ser mal-entendido e estamos aqui a falar de uma situação em que precisámos também delas, uma vez que estão de facto a ajudar imenso na captura de gatos e animais de rua. Porque têm efetivamente de deixar de os alimentar, para que os gatos entrem nas armadilhas e para conseguirmos fazer um projeto sério, elas têm que ser as principais colaboradoras neste processo. Portanto, de alguma forma, a Câmara precisa que eles ajudem, porque senão temos o caos instalado com gatos a procriar e não os conseguimos apanhar. Isto foi levado um bocadinho nas palminhas, mas nós tivemos que impor ali alguma regra, pois estava a ser um pouco complicado.”-----

O Senhor Vereador da Luís Peixoto questionou se depois deste comunicado que saiu, do qual deu conhecimento ao executivo, tinham voltado a falar com a senhora, ou se havia intenções de se falar, ou não. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

“Eu acho que deveríamos voltar a conversar e fica esse compromisso, de chamarmos cá a senhora e voltar a conversar, porque não é essa a postura. As pessoas têm de perceber que, quando assumem responsabilidades, se estiverem fora da Associação podem comentar aquilo que quiserem, estando na Associação, deve haver algum cuidado com isso e, portanto, acho que devíamos voltar a ter esse tipo de abordagem, e manifestar inclusive o nosso desconforto. E, estamos solidários com isso, da mesma maneira que não gostamos que digam mal de nós, não vamos gostar que digam mal dos outros, principalmente quando são injustas.

Quanto à última questão, eu vou pedir aos serviços para esclarecerem, também me quero inteirar da situação, quero perceber o que aconteceu, aquilo que foi pago e o que não foi pago e se é disso que estamos mesmo a falar e comprometo-me a entregar essa informação na próxima reunião de Câmara.”-----

Não se verificaram mais intervenções neste período.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

01 - BALANCETE: _____

Foi presente o Balancete da Tesouraria, relativo ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos:

CÂMARA MUNICIPAL

em cofre, na Tesouraria: -----	4.763,88€
Fundos Permanentes:-----	5.100,00€
Depósitos à ordem: na Caixa Geral de Depósitos -----	836.860,34€
no Crédito Agrícola -----	592.171,13€
no Novo Banco -----	37.994,89€
no Banco Português de Investimento -----	9.046,18€
no Banco BIC -----	1.024.564,59€
no Banco Santander Totta -----	104.227,13€
no Banco Millennium BCP -----	873.240,68€
SUB- TOTAL -----	3.487.968,82€
Depósitos a Prazo	
Banco BIC – BIC -----	1.500.000,00€

OPERAÇÕES DE TESOURARIA



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

Em cofre, na Tesouraria -----	398,22€
Depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos -----	1.412.916,46€
Depósito à ordem no Banco BIC -----	1.572.962,72€
Depósito à ordem no Banco Santander Totta -----	0,00€
SUB- TOTAL -----	2.986.277,40€
TOTAL -----	7.974.246,22€

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02 – ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:-----

02.01 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS:-----

02.01.01 – ISENÇÃO DE TAXAS – PROPOSTA.-----

Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A Assembleia Municipal de Esposende deliberou, em 30 de novembro de 2015, a revogação das disposições contidas no artigo H-15.º do Código Regulamentar do Município de Esposende e a aprovação de medidas provisórias para as isenções de taxas dependentes de pedido, designadamente as efetuadas por associações religiosas, culturais, desportivas e recreativas, instituições particulares de solidariedade social, escolas e agrupamentos de escolas, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visassem a prossecução dos respetivos fins estatutários.

Tendo presente o suprarreferido, e uma vez que foram requeridas as autorizações/licenças em anexo, solicita-se que a Câmara Municipal delibere conceder isenção de taxas para os pedidos melhor identificados no mapa anexo, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, dando conhecimento da deliberação àquele órgão deliberativo.” Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER ISENÇÃO DE TAXAS PARA OS PEDIDOS CONSTANTES DO MAPA ANEXO À PROPOSTA, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

02.01.02 - RESOLUÇÃO PARA SE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE 10 PRÉDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA CIDADE DE ESPOSENDE – PROPOSTA.-----

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt



Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“O Município de Esposende lançou procedimento de contratação para a execução da empreitada denominada de “Parque da Cidade de Esposende”, mediante o concurso público internacional n.º 13/23, publicitado no Diário da República n.º 10/2024, II Série, em 15/01/2024, ao qual foi atribuído o n.º 501/2024 de Anúncio de Procedimento, no Jornal Oficial da União Europeia, em 17/01/2024, com o n.º 31956-2024 e, ainda, na plataforma Vortal, o qual se encontra em fase de análise de propostas.

A obra suprarreferida encontra-se enquadrada nas atribuições que estão acometidas à Autarquia, tendo aquela como desiderato a requalificação da frente urbana marginal da cidade de Esposende, para:

- melhor proteger/preservar a flora e fauna autóctone presentes nas margens do rio Cávado e aumentar a área disponível para os seus habitats naturais, através de soluções baseadas na Natureza e técnicas de restauro dos ecossistemas, melhorando a sua gestão e conservação, a médio-longo prazo;*
- maximizar a conectividade ecológica e resiliência hidráulica do corredor ecológico e do canal interceptor, minimizando os impactos e eventuais danos resultantes do aumento do leito de cheia do rio Cávado e de outros riscos naturais, face ao potencial agravamento das alterações climáticas e à persistente proliferação de espécies invasoras e doenças fitossanitárias, principalmente em contexto urbano-agrícola;*
- favorecer a qualidade visual e a biodiversidade do Estuário do Cávado e respetiva zona envolvente, localizada em contexto de interface urbano-agrícola;*
- devolver o rio Cávado à comunidade local como um espaço de forte identidade coletiva e qualidade cénica, que valoriza toda a paisagem envolvente e promove a saúde e qualidade de vida da população;*
- estimular a reconciliação entre a população e o Rio Cávado, atuando na premissa de que a interação com a natureza tem resultados comprovados na melhoria do estado de saúde, tanto físico como emocional das pessoas;*
- implementar um espaço demonstrativo das melhores práticas de intervenção em linhas de água da região e contribuir para melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas e as medidas de mitigação dos impactos associados, através da dinamização de atividades de sensibilização e de empreendedorismo social;*
- contribuir para a prossecução a longo prazo dos objetivos da Lei da Água e Diretiva Quadro da Água (DQA), da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) e da Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030, à escala local, garantindo a continuidade de uma visão ecológica, resiliente e sustentável na gestão da cidade de Esposende;*
- realizar um investimento que visa a minimização de riscos associados a cheias e inundações na zona sul da cidade de Esposende, aumentando a capacidade de resiliência deste território às catástrofes, que colocam em risco a população e causam elevados danos no património público e privado, enfraquecendo a economia e fragilizando o ambiente;*
- maximizar a funcionalidade do Canal Intercetor de Esposende, nas margens do rio Cávado, nomeadamente, no futuro Parque Urbano de Esposende, formalizando este último como Espaço de Inundação Preferencial, para aumentar a retenção natural de água no solo e a área de habitat dedicada à zona húmida do estuário;*
- dar continuidade aos percursos já existentes, viabilizando acessos pedonais e cicláveis integrados na rede das ecovias do Litoral Norte e do Cávado.*

Nesta fase, a Autarquia pretende intervir em mais de 20 hectares de terreno, com o objetivo de alcançar a preservação das zonas de encharcamento e o aumento da área sob gestão pública



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

com a reabilitação das atuais zonas agricultadas, contribuindo para melhorar a qualidade da água e criar oportunidades para a formalização de novos espaços de inundação preferencial, que irão proteger a cidade e as infraestruturas que se localizam na proximidade da zona inundável associada ao rio Cávado. Para além disso, será potenciado o uso desta parcela de território como espaço de lazer, recreio e como área estratégica de entrada na cidade de Esposende e de acesso às Ecovias do Litoral e Cávado, criando uma nova oportunidade para a sensibilização ambiental e reconciliação desta comunidade local com a natureza que a envolve, abrindo portas a uma efetiva mudança de comportamentos no futuro próximo.

O presente projeto de gestão ativa torna-se, assim, essencial para a diminuição dos impactos das alterações climáticas, assim como de constrangimentos no cumprimento de objetivos da Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030, nomeadamente, no que se refere a travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas e, na medida em que tal for viável, recuperar essa mesma biodiversidade e esses serviços, intensificando simultaneamente o contributo da União Europeia para evitar a perda de biodiversidade ao nível mundial.

De forma intrinsecamente relacionada com o projeto supra identificado a Autarquia iniciou, também, procedimento de contratação de empreitada tendente à requalificação da frente urbana marginal da cidade de Esposende, para a qual já obteve, em 04/04/2024, visto prévio do Tribunal de Contas, no âmbito do processo de fiscalização prévia n.º 2760/2023.

A Autarquia, consciente do défice de espaços verdes adequados à fruição da população na margem direita do Rio Cávado, e tendo presente a dimensão, características únicas e notáveis daquele espaço natural, bem como o facto de grande parte se encontrar votado ao abandono, salvaguardando alguma agricultura existente, e tendo em vista uma intervenção de requalificação paisagística, ambiental e funcional de toda aquela área, melhor identificada no extrato da planta infra, encetou diligências de aquisição, pela via do direito privado, com os proprietários dos prédios necessários à concretização do projeto suprarreferido, tendo alcançado até ao momento, acordo com os proprietários de dez prédios a afetar à obra em apreço, numerados com os ID'S n.º, ID 5, ID 6, ID 8, ID 9, ID10, ID 15, ID 16, ID 17, ID 18 e ID 19, e mantido as negociações com os proprietários dos dez prédios restantes, numerados com os ID'S n.º ID 1, ID 2, ID 3, ID 4, ID 7, ID 11, ID 12, ID 13, ID 14, e ID 20, as quais se revelaram infrutíferas.



Face à impossibilidade de chegar a acordo, pela via do direito privado, com os proprietários e demais interessados afetados, dos prédios com os ID'S n.º ID 1, ID 2, ID 3, ID 4, ID 7, ID 11, ID 12, ID 13, ID 14, e ID 20, torna-se **urgente obter a declaração de utilidade pública e a posse administrativa desses prédios**, melhor identificados no quadro parcelar anexo.

Prevê-se que o encargo com a expropriação dos 10 prédios, discriminados no quadro parcelar anexo, seja de 524.106,00 €, o qual está assegurado no orçamento da Câmara Municipal de Esposende na rubrica 02/070101 e no plano plurianual de investimentos com o n.º 2018 I 34, com a proposta de cabimento n.º 682, de 14/02/2024.

As especificações do Plano Diretor Municipal de Esposende aplicáveis aos prédios abrangidos pela construção do Parque da Cidade de Esposende encontram-se identificadas no referido quadro parcelar.

Torna-se, por conseguinte, necessário e imprescindível a expropriação, com carácter de urgência, dos 10 prédios identificados no quadro anexo, sob pena de não ser possível a concretização do projeto existente para o local, bem como a respetiva empreitada de obra pública supra identificada.

*Assim, **PROPONHO** que a Câmara Municipal delibere, nos termos do disposto na alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o determinado nos artigos 10.º a 15.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na redação atualizada, **requerer**, ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local, a **declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, e autorização de posse administrativa imediata dos bens identificados no quadro parcelar anexo, correspondentes aos prédios com os ID'S n.º ID 1, ID 2, ID 3, ID 4, ID 7, ID 11, ID 12, ID 13, ID 14, e ID 20, para ser possível executar a empreitada de obra pública prevista para o local.**" Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----*

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS E, ASSIM, REQUERER AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁCTER DE URGÊNCIA, E AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA IMEDIATA DOS BENS IDENTIFICADOS NO QUADRO PARCELAR ANEXO À PROPOSTA, CORRESPONDENTES AOS PRÉDIOS COM OS ID'S Nº ID 1, ID 2, ID 3, ID 4, ID 7, ID 11, ID 12, ID 13, ID 14 E ID 20, PARA SER POSSÍVEL EXECUTAR A EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA PREVISTA PARA O LOCAL, AO ABRIGO DA COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA VV) DO Nº 1 DO ARTIGO 33º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

02.01.03 – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA VAGOS NO MERCADO MUNICIPAL DE ESPOSENDE E RESPETIVAS CONDIÇÕES DE ACESSO – PROPOSTA.-----

Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

"O Município de Esposende pretende abrir procedimento de hasta pública para concessão do direito de ocupação de espaços de venda vagos no Mercado Municipal de Esposende, sito na Avenida Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira, na União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

Gandra, na cidade de Esposende, pelo período estabelecido no artigo 11.º do programa de procedimento anexo à presente proposta.

Nos termos dos artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Mercado Municipal as condições gerais de atribuição dos espaços de venda através do procedimento de hasta pública, têm de ser submetidas a aprovação do Órgão Executivo. As regras do procedimento constam do documento em anexo.

A presente proposta justifica-se pelo facto de terem ficado vagos 5 espaços de venda, 2 no setor B e 3 no setor C, sendo o procedimento agora proposto aquele que melhor defende o interesse municipal.

Assim, PROPONHO que a Câmara Municipal delibere autorizar a abertura do procedimento de hasta pública para concessão do direito de ocupação de espaços de venda vagos no Mercado Municipal de Esposende e as respetivas condições de acesso ao procedimento.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA VAGOS NO MERCADO MUNICIPAL DE ESPOSENDE E AS RESPETIVAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO PROCEDIMENTO.-----

02.01.04 - RECRUTAMENTO URGENTE DE UM/A ASSISTENTE OPERACIONAL DA ÁREA DE COZINHEIRO/A, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, A AFETAR AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO CORREIA DE OLIVEIRA, ATRAVÉS DO RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA CONSTANTE DE LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL, ANEXA À PROPOSTA, HOMOLOGADA POR DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18 DE SETEMBRO DE 2023 - RATIFICAÇÃO.-----

Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“No âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01, diploma que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, os trabalhadores com vínculo de emprego público da carreira subsistente de chefe de serviço de administração escolar e das carreiras gerais de assistente técnico e de assistente operacional, que exercem funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação, transitaram para o mapa de pessoal da câmara municipal de Esposende com efeitos a 1 de abril de 2022.

Nos termos do n.º 2 do artigo 42.º daquele diploma, as câmaras municipais procedem ao recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação, localizados nos respetivos territórios, nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06.



O recrutamento é precedido de aprovação do órgão executivo, nos termos do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3/9.

Existem cinco postos de trabalho não ocupados no mapa de pessoal para 2024, correspondentes à categoria de assistente operacional, atividade de cozinheiro/a, tendo o Agrupamento António Correia de Oliveira identificado à Divisão de Educação a necessidade urgente de recrutar um/a trabalhador/a, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para fazer face à vacatura de um posto de trabalho, por motivo de aposentação, no próximo dia 1 de maio de 2024, conforme ofício de 22 de abril, rececionado a 24 de abril, da Caixa Geral de Aposentações, a reconhecer o direito à aposentação a uma trabalhadora, afeta à cozinha daquele Agrupamento, cujos efeitos são produzidos no dia 1 do mês seguinte;

A acrescer a este facto, outra trabalhadora da mesma área será submetida a uma cirurgia já no próximo dia 29 de abril, prevendo-se a sua ausência por tempo significativo;

Tendo presente o suprarreferido, e uma vez que era efetivamente urgente decidir pela contratação antes de 1 de maio, não existindo recursos humanos que possam fazer face àquelas necessidades, proferi o despacho n.º 07/ABR/2024, de 26/04, nesse sentido, ao abrigo n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, solicito que a Câmara Municipal delibere ratificar a contratação de um/a assistente operacional, da área de cozinheiro/a, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para garantir o normal funcionamento da cantina escolar do Agrupamento de Escolas António Correia de Oliveira, através do recurso à reserva de recrutamento interna constante da lista de ordenação final homologada por meu despacho de 18 de setembro de 2023." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vice-Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, RATIFICAR A CONTRATAÇÃO DE UM/A ASSISTENTE OPERACIONAL, DA ÁREA DE COZINHEIRO/A, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA GARANTIR O NORMAL FUNCIONAMENTO DA CANTINA ESCOLAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO CORREIA DE OLIVEIRA, ATRAVÉS DO RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA CONSTANTE DA LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA POR DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 18 DE SETEMBRO DE 2023.-----

03 – URBANISMO E POLÍTICA DE SOLOS: _____

03.01 – OBRAS PARTICULARES: _____

03.01.01 – CADUCIDADES: _____



03.01.01.01 - PROCESSO Nº 359/2022 – LUISA MARIA LEMOS SENHORINHO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS - CADUCIDADE DA LICENÇA - PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º DGU/22652/2024, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, a requerente em sede de audiência prévia, declara desistir do processo, solicitando o seu arquivamento, pelo que, estão reunidas as condições para que seja declarada a caducidade da licença. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DECLARAR A CADUCIDADE DA LICENÇA EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.01.01.02 - PROCESSO Nº 44/72 – MANUEL GOMES PIMENTA – GEMESSES - CADUCIDADE DA LICENÇA - PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º DGU/85479/2024, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, depois de devidamente notificado, o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade da licença, pelo que estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da mesma. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, DECLARAR A CADUCIDADE DA LICENÇA EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.02 – OBRAS PÚBLICAS:_____

03.02.01 – RECEÇÕES PROVISÓRIAS:_____

03.02.01.01 – 3/23 - “CONSTRUÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO” - AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROPOSTA.-

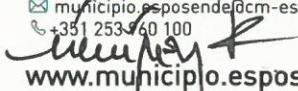
Foi presente a informação técnica n.º 061/DOM/2024, de 18 de abril, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Provisória, datado de



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 460 100


www.municipio.esposende.pt

07 de dezembro de 2023, no qual se dá a conhecer que tendo sido entregues as telas finais, foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que foram cumpridas todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro de forma integral e perfeita e que foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição corretamente, pelo que podem os trabalhos ser rececionados provisoriamente. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E RECEBER PROVISORIAMENTE OS TRABALHOS NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.02.01.02 – 30/23 – “APLICAÇÃO DE TETOS FALSOS E PINTURA DAS PAREDES INTERIORES NA ESCOLA DE VILA CHÃ - AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 063/DOM/2024, de 18 de abril, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Provisória, datado de 12 de abril de 2024, no qual se dá a conhecer que tendo sido entregues as telas finais, foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que foram cumpridas todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro de forma integral e perfeita e que foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição corretamente, pelo que podem os trabalhos ser rececionados provisoriamente. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E RECEBER PROVISORIAMENTE OS TRABALHOS NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.02.02 – RECEÇÕES DEFINITIVAS E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO:-----

03.02.02.01 – 16/17 – “CONTENÇÃO E LIMPEZA DE EDIFÍCIO PÚBLICO – ESPOSENDE” - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 062/DOM/2024, de 18 de abril, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Definitiva, datado de



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt

☎ +351 253 960 100


www.municipio.esposende.pt

12 de abril de 2024, no qual se dá a conhecer que foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que os mesmos se encontram concluídos em conformidade com o projeto e caderno de encargos correspondentes e em condições normais de perfeição e segurança, pelo que podem os trabalhos ser rececionados definitivamente, bem como libertada a caução. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E RECEBER DEFINITIVAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

MAIS DELIBEROU ORDENAR A LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

03.02.02.02 – 27/17 – “AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE GANDRA” - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 064/DOM/2024, de 19 de abril, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Definitiva, datado de 12 de abril de 2024, no qual se dá a conhecer que foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que os mesmos se encontram concluídos em conformidade com o projeto e caderno de encargos correspondentes e em condições normais de perfeição e segurança, pelo que podem os trabalhos ser rececionados definitivamente, bem como libertada a caução. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E RECEBER DEFINITIVAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

MAIS DELIBEROU ORDENAR A LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

---Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto nos números um e dois do artigo quadragésimo nono do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto do Regimento tendo-se verificado a inscrição do Senhor Manuel Melo, nos seguintes termos:

“Bom dia,



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 263 960 100


www.municipio.esposende.pt

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Público em geral,

A minha intervenção é apenas para dar conhecimento ao Senhor Presidente daquilo que se passa nas suas freguesias, nomeadamente na minha, União das Freguesias de Apúlia e Fão. Como sabe, sabem todos, eu sou Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão e faz agora 3 anos em outubro, que eu e os meus colegas da Assembleia de Freguesia estamos sem receber nenhuma senha de presença.

Eu acho que o não receber, pode ser uma coisa pontual, pode não haver disponibilidade financeira, agora, o não dar uma palavra, uma justificação para isso, está errado.

Eu já sofri na pele em 2009-2013, como Presidente da Assembleia de Freguesia também, e saí de lá ao fim desses 4 anos sem receber um cêntimo de senhas de presença.

Isto já começa a ser um pouco afrontador para as pessoas que estão nas instituições.

Eu enquanto estive com o Eng.º Luís Peixoto no executivo, durante 8 anos, nunca ninguém de lá saiu a faltar um cêntimo de senhas de presença.

O que me indigna mais é que, os dois senhores que fazem parte do executivo estão, um por inerência outro por eleição, na Assembleia Municipal, estão lá sentados e tenho a certeza que têm as senhas de presença em dia, que a Câmara Municipal não falta com nada a esses senhores. Eu pergunto é, porque é que eles tratam assim, todos aqueles que representam uma instituição. Se não querem pagar por falta de dinheiro deviam dizer isso às pessoas, faz-se uma declaração e abdicamos das senhas, mas tem que haver uma proposta da Junta. Aliás, os vogais do órgão executivo recebem as senhas, porque é que os membros do órgão deliberativo não recebem?

Era isso que eu queria dar conhecimento ao Senhor Presidente, para saber como funcionam as instituições no concelho onde o Senhor Preside e muito bem, para que fique a saber como funcionam as coisas, caso contrário termina o seu mandato e nunca ficará a saber.

Obrigado!"-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Senhor Manuel Melo e por lhe ter dado conhecimento daquela situação que desconhecia, contudo, informou que em termos formais não poderia fazer nada, pois não tinha legitimidade para interpelar as Juntas de Freguesia naquele sentido. Mais informou, que os apoios que a Câmara atribuía às Juntas de Freguesia não se destinavam a pagar senhas de presença, à partida, esses pagamentos eram feitos a partir do Fundo de Financiamento das Freguesias, que vem do Estado, para pagar o funcionamento dos órgãos, contudo, agradecia a informação."-----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da ata da presente reunião, que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo onze horas e quinze minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

---E eu, Maíalda Sofia Miguelis Santos-Terreira, Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi e subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião. -----



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt